

Por uma prática preservacionista verde da arquitetura moderna

Ana Elisabete de Almeida Medeiros

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-3248-4399>

E-mail: ana@unb.br

Resumo: Superar o clichê da Arquitetura Verde ao refletir sobre as relações entre Ecologia e Arquitetura é o desafio que o presente artigo aceita ao propor (re)pensá-las tendo como alicerce as intervenções em patrimônio cultural. O texto defende a ideia de que o ato de projetar como intervenção patrimonial, sobretudo em bens da arquitetura e urbanismo do Movimento Moderno, apresenta especificidades e desafios que lhes são próprios no interior das relações entre ecologia e arquitetura. Propõe, assim, ampliar os questionamentos de modo a lançar mais luz sobre o tema. Para tanto, estabelece relações entre patrimônio e ecologia; observa o parque imobiliário mais recente como elefantes cuja presença incomoda muita gente e, por fim, trata das especificidades e desafios que definem os muitos tons que uma prática preservacionista verde pode e deve assumir.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna; Preservação; Patrimônio; Arquitetura verde; Sustentabilidade.

Towards a green preservacionist practice for modern architecture

Abstract: Overcoming the cliché of “green architecture” through reflecting on the relationship between ecology and architecture is a challenge that this paper accepts by proposing to (re)consider it based on interventions in cultural heritage. The present paper defends the idea that the act of designing as an intervention in cultural heritage, especially in architecture and urbanism from the Modern Movement, presents challenges and particularities contained within the relationship that exists between ecology and architecture. The text proposes to clarify certain issues related to the practice of green preservation in order to broaden them. For this, the paper establishes relationships between heritage and ecology; observes the latest building stock as elephants in the room and discusses particularities and challenges which define the many tones that the green preservationist practice could and must undertake.

463

Keywords: Modern Architecture; Preservation; Heritage; Green Architecture; Sustainability.

Texto recebido em: 15/10/2019

Texto aprovado em: 19/05/2020

À guisa de introdução: qual a cor da arquitetura?

É possível afirmar que desde que, em 1987, a primeira Conferência da ONU – Organização das Nações Unidas - sobre o meio ambiente alertou o mundo sobre o “nosso futuro comum”, a arquitetura tem se tornado, mais e mais, verde. Desde

então, a ideia de que para garantir o nosso futuro comum é preciso adotar uma abordagem mais responsável e respeitosa em relação ao meio ambiente tem sido universalmente aceita. Daí o porquê do esverdear-se não apenas da arquitetura e do urbanismo, mas também da política, da sociedade, da economia. De fato, a chamada agenda verde vem pautando as ações de vários campos do conhecimento. E tanto é assim que, hoje, apresentam-se partidos verdes, sociedades verdes, mercados ou economias verdes e, claro, arquiteturas verdes.

No Brasil, o termo arquitetura verde não se popularizou a ponto de constar nos dicionários nacionais de língua portuguesa, mas teve um amplo e inegável alcance na arquitetura e urbanismo. O verde, mais recente, vem dar cor a uma arquitetura e urbanismo que, a partir de fins dos anos oitenta e início dos noventa do século passado, já se queria sustentável. Aliás, a arquitetura sustentável vem sendo discutida por muitos autores sem, entretanto, chegar a uma definição consensual. Também considerada, às vezes, como sinônimo, às vezes, como conceito de origem ou derivado ou ainda semelhante, da arquitetura ecológica, ecoarquitetura ou arquitetura bioclimática, a arquitetura verde tornou-se clichê, lugar comum, palavra-fácil por trás da qual, muitas vezes se estabelecem as chamadas estratégias *green sheen* ou *greenwashing*, que escondem um lucrativo mercado sem preocupações genuínas com a ecologia ou o meio ambiente.

Superar o clichê da arquitetura verde ao refletir sobre as relações entre Ecologia e Arquitetura é o desafio que o presente artigo aceita ao propor (re)pensar tais relações tendo como alicerce as intervenções em patrimônio cultural. Se os contornos que se delineiam entre economia e ecologia se revelam pouco precisos, no campo da dita arquitetura verde, as linhas e entrelinhas que se constroem a seguir se estruturam de maneira a explorar, historicamente e teoricamente, tais contornos a partir do questionamento da ideia de uma prática preservacionista verde.

Nesse sentido é preciso relembrar Rabreu que, em 2006, já chamava a atenção para os riscos de distorções que a projeção, na história, de um conceito atual, recente e na moda pode ter, considerando diferenças no contexto de ideias e crenças. Entretanto, assumem-se, aqui, tais riscos pela urgência de um posicionamento crítico face à banalização da noção do que se pode denominar “mundo verde”, cujas exigências para a redefinição do fazer arquitetônico ou da prática preservacionista, alicerçadas na constatação de uma realidade marcada pela escassez de recursos naturais, pela imobilidade, pela segregação socioespacial ou pela poluição, aproximam-se muito daquelas levantadas como bandeira para

justificar transformações no espaço, muitas vezes avassaladoras, a partir de fins do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial.

Mas, mais que questionar a ideia de uma prática preservacionista verde, ao texto interessa discutir possíveis especificidades e desafios, no interior das relações entre ecologia e arquitetura, próprios ao ato de projetar como intervenção patrimonial, sobretudo em bens de arquitetura e urbanismo do Movimento Moderno. A intenção não é, ainda, trazer soluções, mas ampliar os questionamentos de modo a lançar um pouco mais de luz sobre o tema. Para tanto, o artigo se apresenta em três partes. A primeira delas inicia-se no mundo verde dos Johns e vai àquele de Gro ou dos Joãos. A segunda observa o parque imobiliário mais recente como elefantes cuja presença na sala incomoda muita gente. A terceira trata das especificidades e desafios que definem os tons de uma prática preservacionista verde. Por fim, à guisa de conclusão, o texto aponta para uma prática preservacionista verde da arquitetura moderna alicerçada em um ponto de equilíbrio que se estabelece em multifacetados tons.

Do mundo verde dos Johns, de Gro, dos Joãos

Pensar na relação entre arquitetura e ecologia a partir da perspectiva preservacionista, sem cair no clichê da dita arquitetura verde, requer tecer as relações entre ecologia e patrimônio. Nesse sentido, um ponto inicial de convergência se encontra no entendimento do mundo verde de dois Johns.

Unidos pela época, os anos mil e oitocentos, mas separados por um oceano, o Atlântico, quando John Muir iniciou, nos Estados Unidos da América, a luta pela preservação da natureza, na Inglaterra outro John, o Ruskin, começou a construção de uma prática preservacionista de bens históricos e artísticos nacionais. Embora o foco da atenção dos Johns fosse, do lado americano, a natureza virgem e, do lado inglês, o conjunto de bens culturais, o sentido amplo da visão preservacionista de ambos já era notável. Para John, o Muir, “when one tugs a single thing in nature, he finds it attached to the rest of the world” (MUIR, domínio público). Trata-se de uma ideia que se pode encontrar em texto do outro John, o Ruskin, quando apresenta em uma das suas sete lâmpadas da arquitetura, aquela da memória, a reflexão de que:

A ideia de auto-renúncia em nome da posteridade, de praticar hoje a economia em nome de credores que ainda não nasceram, de plantar florestas em cuja sombra possam viver nossos descendentes, ou de construir cidades para serem habitadas por futuras nações, nunca, creio eu, inclui-se, de fato entre os motivos de empenho publicamente reconhecidos. Todavia, esses não deixam de ser nossos deveres; nem será nosso quinhão sobre a terra adequadamente mantido, se o escopo de nosso pretendido e deliberado proveito não incluir apenas os companheiros, mas também os sucessores de nossa peregrinação. Deus nos emprestou a terra para a nossa vida, é uma grande responsabilidade. Ela pertence tanto àqueles que virão depois de nós, e cujos nomes já estão escritos no livro da criação, como a nós; não temos o direito, por qualquer coisa que façamos ou negligenciemos, de envolvê-los em prejuízos desnecessários, ou privá-los de benefícios cujo legado nos compete (RUSKIN, 2008, p. 66-67).

Não fosse, nesse último caso, o estranhamento da linguagem, considerada pelo próprio Ruskin de estilo “sobrecarregado de douraões, e excessivo, com demasiado estardalhaço e em cascatas de palavras” (RUSKIN. Apud. PINHEIRO, 2008, p. 18) e da presença da religiosidade, ambos os textos revelam impressionante atualidade na defesa de uma natureza como bem inalienável às gerações futuras, tal e qual defende, hoje, o conceito de sustentabilidade. (CMMAD, 1988).

Ainda assim, as práticas preservacionistas em defesa dos bens naturais, de um lado, e culturais, do outro, eram tidas, naquele momento, como dimensões, se não antagônicas, no sentido do entendimento do ser humano como agente cultural destruidor da natureza exuberante e intocada, pelo menos não integrada. Na verdade, a percepção do homem como potencial ator transformador, consciente da finitude do meio ambiente do qual sua vida depende, apenas ali se anuncia. Isso porque é nos anos mil e oitocentos que a relação campo e cidade se colocam de forma nunca antes vista, devido a um processo de urbanização que a partir de então só se intensifica, chegando-se ao que Muñoz (2008) denomina de urbanização nos anos dois mil. Também é ali que, conforme afirma Almeida (2000), o modelo econômico tradicional, onde o aumento da riqueza está associado ao crescimento da economia e essa, ao desenvolvimento econômico, inicia-se.

Sobre Economia e Ecologia, partilhando prefixo em comum esses conceitos dividiram, na Antiguidade Clássica, o sentido do lugar. Estando a primeira relacionada ao conhecimento do lugar e a segunda ao estabelecimento de regras sobre ele, naquele momento a Ecologia era a base para a Economia. Séculos depois, contrapondo-se à teoria mercantilista, segundo a qual a atividade comercial era a

fonte de toda a riqueza, a Fisiocracia resgatou a natureza, a terra como o alicerce da economia. Mas, os pilares sobre os quais se assenta a definição de Economia, hoje, encontram-se na chamada economia política. Proposta primeiramente por Adam Smith, no século XIX, tal teoria, segundo Teixeira era “voltada para o estudo dos problemas da sociedade humana, relacionados com a produção, a acumulação, a circulação e a distribuição de riquezas” (TEIXEIRA, 2000, p. 85). Dentre as riquezas, destaque para o trabalho, entendido como valor no âmbito de um pensamento econômico que se distanciava cada vez mais de questões associadas à natureza, ao lugar. A economia, medida quantitativamente por meio de critérios mensuráveis, estava indissociavelmente ligada à ideia de aumento da riqueza que seria alcançada por meio do progresso e desenvolvimento, politicamente entendidos como avanço social, a partir de um ideário positivista em franca expansão. Daí o porquê da perda, em grande medida, da cidade tradicional, cuja terra era tida como propriedade alienável em uma Terra de recursos inesgotáveis, a despeito do alerta, por parte dos Johns, o Muir, o Ruskin e outros menos famosos, de que se tratava de um legado inalienável.

A reaproximação entre os campos da Ecologia e Economia parece se dá a partir do final da II Guerra Mundial quando, no contexto da criação do sistema ONU – Organização das Nações Unidas, por pressão, sobretudo dos países do sul global, a questão do desenvolvimento entra na agenda internacional. Em um primeiro momento, as discussões se efetuam no âmbito do ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, origem do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, cuja criação é de 1965. Aliás, os anos sessenta marcam um momento de inflexão do modelo econômico mundial com um primeiro aceno, que se tornará um esfuziante abraço algum tempo depois, na cultura e no meio-ambiente reconhecidos como uma das suas mais importantes dimensões. Daí em diante se estrutura o entendimento, hoje quase consensual, de que economia, desenvolvimento econômico e riqueza devem ser também avaliados por critérios não-mensuráveis, alicerçados em conteúdos mais subjetivos, em valores sociais, culturais e ambientais. Trata-se do fortalecimento e propagação da ideia do desenvolvimento como endógeno, próprio à realidade específica de casa país, que se torna, então, integrado, considerando educação, ciência, cultura e sociedade como dimensões e que, a partir dos anos oitenta, redimensiona-se em desenvolvimento durável, sustentável e humano.

Ana Medeiros demonstra como a relação desenvolvimento e preservação se realiza no âmbito da Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. A Declaração de Amsterdã (1975), a Recomendação de Nairóbi (1976), a Declaração do México (1982) e outras cartas patrimoniais que se seguem destacam conceitos como o de desenvolvimento cultural ou de conservação integrada, onde a atuação da prática preservacionista vai além da conservação do ambiente construído, considerando as realidades social, política, histórica, geográfica, antropológica, cultural e ambiental. Entretanto, apesar da aproximação entre cultura, economia e meio-ambiente nas discussões preservacionistas ou da grande repercussão da intervenção em Bolonha (CERVELLATI *et al.*, 1981) como exemplo de conservação integrada, quando, em 1987, o nosso futuro comum é apresentado por meio do Relatório Brundtland, à cultura está reservado um papel ainda secundário. De fato, o mundo verde de Gro¹ se apoia na definição do desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (CMMAD, 1988, p. 46). Aqui, não há menção à cultura ou ao patrimônio cultural. O status de coadjuvante da cultura começa a ser superado, conforme aponta Ana Medeiros, apenas com o Relatório Nossa Diversidade Criadora (CUÉLLAR, 1996), a partir do qual se busca promover entre “desenvolvimento e cultura uma relação equivalente àquela que o relatório Brundtland estabeleceu entre desenvolvimento e meio ambiente”.

Do mundo verde dos Johns ao de Gro a ecologia, a economia e a prática preservacionista estão associadas a um desenvolvimento que além de sustentável se pretende humano, considerando aspectos qualitativos da vida em sociedade que escapa à aferição quantitativa, donde emerge e se defende o crescimento de um capital não apenas econômico, mas social, cultural e ambiental. Mas, além desses mundos bem alicerçados teoricamente em debates de amplitude local, nacional e internacional, há que se mencionar o universo dos Joãos, na maior parte das vezes completamente voltado à prática. Trata-se do João que edifica sua casa segundo a sabedoria vernácula desde os tempos mais remotos, observando as condições materiais e climáticas locais ou aquele João que, mesmo Mário, lamenta, nos anos quarenta do século passado, a perda da memória social e edilícia de um bairro onde

Pouco a pouco desaparecia aos olhos ... um cenário de milhares de criaturas no seu presente e no seu passado. Comerciantes gordos ...

marinheiros de várias gradações ... famílias modestas das habitações baratas dos últimos andares de sobrados, quitandas e vendolas ... 'raparigas' de fáceis leitos e pequenas pagas ... os esqueletos dos prédios meio derrubados equilibravam-se, e devassavam-se interiores impudicamente: paredes com restos de pintura a óleo ... alcovas, corredores ... e quantas histórias desses interiores através de quatro centúrias! (SETTE, 1978, p. 55)

Joãos, entre tantos outros, cujas ações realizam-se em nome de uma arquitetura, de um urbanismo ou de uma preservação sem cor predefinida, hoje ditas verdes. O fato é que, embora os exemplos dos Joãos sejam reconhecidos como verdes, a definição de uma arquitetura ou prática preservacionista verdes ainda segue sem contornos precisos, posto que ambas estão associadas ao conceito de sustentabilidade e esse, por conta do escopo que adquiriu ao longo dos últimos anos, não atingiu, entre as áreas ambiental, social, econômica ou cultural do qual faz parte, um consenso. Ainda assim é preciso entender o que pode significar uma arquitetura e uma prática preservacionista verdes.

Há elefantes na sala

Basta olhar as cidades para perceber que elas têm se vestido cada vez mais de verde, em parques, praças, quintais, jardins, pomares e hortas urbanas e em edifícios com fachadas-jardim, tetos-jardim, terraços-jardim. Mesmo sendo inegável que as plantas contribuem para a drenagem do solo, a purificação do ar ou o embelezamento da vida, a ideia de uma arquitetura e urbanismos verdes está além.

Trata-se, sobretudo, de reduzir o uso de combustíveis fósseis, recursos hoje reconhecidamente esgotáveis. Trata-se, portanto, de projetar e executar edifícios e cidades mais eficientes e eficazes no que diz respeito aos seus respectivos desempenhos energéticos. Trata-se, ainda, de pensar e construir prédios e urbes inteligentes, capazes de reutilizar a água das chuvas; de funcionar com energia solar; de dialogar com perfeição com o sítio no qual se insere, fazendo uso ótimo da topografia, dos ventos e cartas solares; de revisitar o uso de materiais tradicionais, da madeira ao barro; de reciclar tudo possível, da escala do prego às manilhas do sistema de esgoto sanitário das cidades, mesmo que seja com base na ideia de *down cycle*, apostando na sucessão de ciclos entre os materiais de maior valor energético para aqueles de menor valor.

Ainda assim, conforme revela Elefante (2007), há um elefante na sala. Segundo as palavras do autor:

Seeking salvation through green building fails to account for overwhelming vastness of the existing building stock. The accumulated building stock is the elephant in the room. (ELEFANTE, 2007, p. 27)

Elefante apresenta um número segundo o qual, mesmo se toda a nova produção da arquitetura e urbanismo se assumisse verde a partir da data em que escreve, ainda assim, os desafios em relação ao conceito primeiro de sustentabilidade ainda estariam postos. O autor defende, portanto, que o edifício de arquitetura mais verde que existe é aquele que já foi construído. Daí a conclusão de que se o estoque de edifícios construídos constitui o elefante na sala, importa a sua cor, se verde ou cinza. Melhor o verde!

Nesse sentido, a prática preservacionista que se institucionaliza mundo afora a partir dos oitocentos do século passado vem contribuindo para esverdear e, assim, retirar alguns dos elefantes da sala. A partir desse ponto de vista, a preservação do patrimônio já nasce verde. Todavia, o reconhecimento do bem em si, por meio da inclusão em livro do tombo – no caso brasileiro e português – ou em listas de patrimônio, não são suficientes para esse fim. De modo a evitar o arruinamento progressivo dos bens patrimoniais se faz necessário intervir para prolongar a sua vida útil.

É assim que ao longo do tempo a manutenção ou operação preventiva, a conservação por consolidação ou estabilização, reestruturação, restauração, reintegração, reconstituição, recomposição, renovação ou adaptação, a valorização, a reutilização, a reciclagem e o *retrofit* (SCHLEE *et al.*, 2015) vêm assegurando à prática preservacionista a capacidade de dotar de tons de verde vários desses edifícios-elefantes ou bairros-elefantes. Já há algumas décadas, sobrados antigos em sítios históricos viram-se transformados em bares, restaurantes ou lojas de *souvenirs* de todo tipo; fortalezas em museus; antigas cadeias em casas de cultura; estruturas industriais em teatros, escolas ou edifícios de apartamento, revelando-se elefantes que deixam de incomodar, saem da sala e levam consigo múltiplas memórias, a histórica, a tecnológica, a artística, algumas poucas vezes a social, confirmando, de qualquer forma, a expressão idiomática portuguesa “memória de elefante”. Porém, apesar dos esforços, ainda restam muitos elefantes cinzas na sala!

Essa resistência paquidérmica cinza se deve, de acordo com Elefante (2007), o autor, ao fato de que apenas 6% do total de edifícios construídos no mundo e ainda de pé datam de antes de 1920 sendo esses, sabidamente, aqueles privilegiados, até recentemente, pela prática preservacionista, ou seja, os elefantes verdes que já saíram da sala. Quanto aos cinzas que restam, esses materializam toda uma produção arquitetônica e urbanística mais recente na qual se enquadram exemplares da arquitetura e do urbanismo modernos. Autores como Elefante (2007), Macdonald (2003), Prudon (2008) e, no cenário nacional, Moreira (2010), Zanchetti (2014), Lacerda (2012) e Lira (2015) entre outros, já vem chamando atenção, há mais de uma década, para as especificidades e desafios de se preservar o moderno.

Mas, se há uma prática preservacionista verde, quais são os tons que ela apresenta quando se trata da arquitetura e urbanismo modernos?

Cinquenta tons de verde?

Em texto já revisitado por Moreira (2010), Lacerda (2012), Lira (2015), entre outros, Susan Macdonald (2003) elenca algumas das especificidades e desafios colocados pela preservação da arquitetura moderna: superioridade em número e tempo inferior de vida útil, se comparada aos exemplares da arquitetura dita tradicional; dificuldade de reconhecimento, tanto pela quantidade, que coloca em xeque o que Saint (1996) denomina como princípio da raridade, quanto pela pouca idade ou ancianidade, afinal, o estabelecimento de laços de significância, como bem lembra Jokilehto (2003) leva tempo; limitações de intervenções de adaptação ou reutilização devido à máxima modernista “forma segue função”; experimentalismo no uso de velhos e de novos materiais; e não aceitação da pátina.

Macdonald não registra, entretanto, um aspecto particular à arquitetura e urbanismo modernos ou, pelo menos, àquela produção associada ao chamado *modern style*²: seu caráter universal. Em outras palavras: a sua capacidade de pretender atender às necessidades básicas do ser humano não importa onde, no globo terrestre, independentemente das condições locais, geográficas, térmicas, culturais, econômicas ou sociais.

Trata-se de uma característica da arquitetura moderna sobre a qual se concentra grande parte da crítica que emerge desde os anos sessenta com a obra de

Jane Jacobs (1993). A universalidade é lida, então, como massificação, ausência do que Norberg-Schulz (1980) denominará, um pouco mais à frente e a partir de uma perspectiva fenomenológica, do espírito do lugar. Sob o ponto de vista da prática preservacionista, de uma maneira geral, o caráter universal dessa arquitetura coloca a identidade local em questão e, especificamente no que diz respeito à prática preservacionista verde, revela a sua derrota em termos ambientais. Afinal, é imprescindível lembrar, de um lado, o importante papel da identidade no reconhecimento dos bens patrimoniais, no momento fundador da prática preservacionista e, do outro lado, a observância do contexto geográfico e climático no qual o edifício se insere, quando se trata de projetar, intervir ou preservar de forma verde.

Mas também não se pode esquecer, como afirma Stein, que

Modern architecture could not have happened without the availability of concentrated energy, primarily petroleum. The Drake oil well, which is usually cited as the first commercial operation of its kind, was drilled in 1859 and began the pattern of exponential growth in hydrocarbon fuel consumption. (STEIN, 2010, p. 49)

Na verdade, nos primeiros anos do século XX fontes de energia como o gás, o petróleo ou a eletricidade, “motores” da produção da arquitetura moderna, não eram consideradas como ameaças ao ecossistema. De fácil acesso, baratas e tidas como inesgotáveis criaram, conforme Stein (2010) ainda mostra, a falsa ideia de que arquitetos e urbanistas tudo podiam, inclusive fazer uso da energia de modo a neutralizar todas as questões que o meio ambiente pudesse colocar.

E, de fato, é esse ponto de vista que a arquitetura moderna, pelo menos em sua vertente do *modern style*, materializa ao se apresentar em edifícios cujas cortinas de vidro estabelecem uma fronteira muito bem demarcada entre interior e exterior definindo uma postura projetual que, se na época parecia viável, hoje se revela insustentável, onde “regardless of what was happening outside the building, the interior environment was created by mechanical and electrical systems totally dependent on energy resources for their operation.” (STEIN, 2010, p. 51)

Insustentável também porque uma vez descompromissada com a inovação ou com o espírito do lugar em suas manifestações culturais, climáticas ou históricas, tal postura se apresentava como altamente rentável aos escritórios de arquitetura o que contribuiu para o aumento numérico dos edifícios e, conseqüentemente, para a maior dificuldade, por parte do cidadão comum, em

separar o joio do trigo no reconhecimento de uma arquitetura moderna realmente de qualidade, conforme alerta Lima (2017).

Mas, então, seria possível falar em uma prática preservacionista verde considerando o patrimônio moderno? Se “sim”, em quais tons de verde?

Para responder a tal questão parece imprescindível observar que, dentre todos os edifícios modernos que constituem, segundo Elefante (2007) 60% das construções hoje existentes, apenas alguns poucos foram reconhecidos oficialmente, em suas dimensões local, nacional e/ou internacional, como patrimônios culturais. Via de regra, esses são edifícios icônicos que encerram valores, significados históricos, artísticos, culturais, sociais, entre outros, que lhes asseguram a permanência no tempo, mesmo quando identificados como casos difíceis ou quase inviáveis do ponto de vista da prática preservacionista verde. Ou seja: ainda que insustentáveis, energeticamente falando, o fato de existirem corroborando a ideia de arquitetura verde de Elefante (2007) e encerrarem significados seria o suficiente para garantir a sua conservação, ainda que não necessariamente dentro do escopo do que se poderia considerar uma prática preservacionista verde. Porém, se o que interessa ao presente texto é exatamente discutir essa prática, então, quais seriam suas especificidades?

No caso dos edifícios institucionalmente reconhecidos como patrimônio cultural, o desafio parece ser o de encontrar o ponto de equilíbrio entre ecologia e arquitetura na intervenção. Em seu artigo de 2007, John Allan busca um ponto de equilíbrio entre as diferentes prioridades elencadas pelos vários atores sociais por ele identificados no contexto da prática preservacionista, sobretudo os proprietários, os usuários e os técnicos. O que se propõe, aqui, é a necessidade de se encontrar o ponto de equilíbrio entre o fazer dos próprios arquitetos.

A explicação para essa busca reside no fato de que a formação profissional do arquiteto, pelo menos no Brasil, ainda parece ter dois pesos e duas medidas. Associa-se muito a profissão de arquiteto à construção ex-nihilo. Apesar de alguma mudança na última década, socialmente, subconscientemente, o bom arquiteto ainda é aquele que constrói o novo, estando reservado um papel menor àquele que intervém no construído, uma postura que, por si só, vai de encontro aos princípios da arquitetura verde tal e qual definida por Elefante (2007).

Ao arquiteto que constrói no construído, resta a ação de projetar em edifícios que podem, ou não, ser patrimônios culturais. Em sendo patrimônio o risco de desequilíbrio entre ecologia e arquitetura e, conseqüentemente da perda de valores

diminui, mas não desaparece. Afinal, o arquiteto que intervém no patrimônio é aquele cuja formação além de privilegiar a ideia de construir antes do preservar esteve e ainda está sob constante marketing em prol da sustentabilidade a qualquer custo, inclusive o custo da perda de outros valores que, uma vez perdidos, são irrecuperáveis. Nesse sentido, a aproximação, dentro do próprio campo da arquitetura, entre os chamados arquitetos preservacionistas e ambientalistas, revela-se urgente para o alcance de uma prática preservacionista cujos tons de verde denotem a garantia às gerações futuras não apenas do meio-ambiente, mas a possibilidade de vivenciar, no seu presente, o nosso passado histórico, artístico, cultural e social.

Mas, é preciso tombar para preservar?

É Lima (2017) quem coloca a questão lançando luz sobre um conjunto de edifícios, particularmente os modernos, cujos valores históricos, artísticos ou culturais podem não ter sido, ainda, amplamente reconhecidos: aquele edifício cuja autoria, concepção e execução foram eclipsadas, por exemplo, por uma obra dos hoje chamados *star-architects*. Trata-se de edifícios de arquitetura verde, segundo Elefante (2007), mas cujas significâncias latentes aguardam, ainda, um olhar mais cuidadoso do arquiteto do patrimônio, aquele teoricamente mais sensível aos valores discutidos desde os primeiros anos do século XX por Riegl (1984) e que, no ímpeto da intervenção para reuso, readaptação ou retrofit podem se perder irremediavelmente. Aparentemente, são esses os edifícios objetos de uma prática preservacionista cujos tons de verde apresentam muitas nuances a serem cuidadosamente consideradas.

Ainda há que se observar o conjunto de construções que, a despeito da aparência moderna, muito pouco ou quase nada revelam como expressão significativa de uma “arquitetura moderna”, o que as definem, a princípio, como prédios destituídos de outros valores que não a própria existência que, por si só, os determinam como arquitetura verde. Incidem sobre esses a maior liberdade de intervenção, um equilíbrio entre ecologia e arquitetura que, hierarquicamente, pende para a primeira, onde o projeto pode, e deve, responder, sem maiores restrições, às exigências ambientais. Aqui, os tons de verde que a prática preservacionista pode apresentar são os mais ricos e variados.

Conclusão

A reflexão em torno das especificidades e desafios no interior das relações entre arquitetura e ecologia quando se trata de intervir na arquitetura moderna, de maneira geral e, especificamente, daquela considerada patrimônio, teve como ponto de partida o mundo verde dos Johns, de Gro e dos Joãos, passou pelo desvelamento de elefantes na sala e chegou a diversos tons de verde.

O texto aponta para e por uma prática preservacionista verde da arquitetura moderna que, buscando um ponto de equilíbrio entre os diversos atores sociais, particularmente no lugar competente de fala e ação de arquitetos e urbanistas, estabelece-se em muito mais do que cinquenta tons de verde.

Nesse sentido, reafirma-se, portanto, o que já é sabido na prática preservacionista tradicional: cada caso é um caso que merece ser observado com cuidado, em suas especificidades e desafios.

NOTAS

1. Gro Harlem Brundtland presidiu a Comissão Brundtland que apresentou ao mundo o Relatório Brundtland em 1988.
2. Termo cunhado por ocasião da organização de exposição sobre Arquitetura Moderna no Museu de Arte Moderna da cidade de Nova Iorque pelos arquitetos Philip Johnson e Henry Russell Hitchcock, em 1932.

REFERÊNCIAS

ALLAN, John. Points of balance: patterns of practice in the conservation of modern architecture. In: MACDONALD, Susan; NORMANDIN, Kyle; KINDRED, Bob (org.). *Conservation of modern architecture*. Shaftesbury: Donhead Publishing, 2007, p. 13- 36.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, v. 44, n. 1, 2001.

BRONSON, Susan D.; JESTER, Thomas C. Conserving the built heritage of the modern era: recent developments and ongoing challenges. *APT Bulletin*, v. 28, n. 4, p. 4-12, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1504588>.

CERVELLATI, P. L.; SCANNAVINI, R.; DE ANGELIS, C. *La Nouvelle culture urbaine: Bologne face à son patrimoine*. Paris: Seuil, 1981.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CUÉLLAR, Javier P. (org.). *Notre diversité créatrice: rapport de la Commission Mondiale de la Culture et du Développement*. Paris: UNESCO, 1996.

ELEFANTE, Carl. The greenest building is... one that is already built. *Forum Journal: The Journal of the National Trust for Historic Preservation*, v. 21, n. 4, 2007.

JACOBS, Jane. *The death and life of great american cities*. New York: Modern Library Edition, 1993.

JOKILEHTO, Jukka. Continuity and change in recent heritage. In: OERS, R. V., HARAGUCHI, S. (ed.). *Identification and documentation of modern heritage*. Paris: UNESCO; WHC, 2003.

LACERDA, Norma. Valores dos bens patrimoniais. In: LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Sílvio Mendes (org.). *Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

LIMA, Jayme W. de. *Tem que tombar? Patrimônio moderno e forma alternativa de conservação*. Brasília, 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília.

LIRA, Flaviana. Por uma agenda de discussões sobre a conservação da arquitetura moderna. In: ZANCHETTI, S.; AZEVEDO, G.; NEVES, C. (org.). *A conservação do patrimônio no Brasil: teoria e prática*. Olinda: CECI, 2015, p. 26-37.

MACDONALD, Susan. 20th century Heritage: recognition, protection and practical challenges. In: ICOMOS World Report 2002-2003 on monuments and sites in danger. Paris: ICOMOS, 2003.

MACHADO, João G. R.; PAMPLONA, João B. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. *Revista Economia e Sociedade*, v. 17, n. 1 (32), p. 53-84, 2008.

MOREIRA, Fernando D. *Os desafios postos pela Conservação da Arquitetura Moderna*. CECI, 2010. Disponível em: www.ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/59/534-textos-para-discussao-v-46.html.

MUÑOZ, Francesc. *Urbanización: paisajes comunes, lugares globales*. Barcelona: Gili, 2008.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*. London: Academy Editions, 1980.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. John Ruskin e as sete lâmpadas da Arquitetura – algumas repercussões no Brasil. In: RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Tradução e apresentação de Maria Lúcia Bressan Pinheiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008, p. 9-48.

PRUDON, Theodore H. M. *Preservation of modern architecture*. New Jersey: J. Wiley & Sons, 2008.

RIEGL, Alois. *Le culte moderne des monuments: son essence et as genèse*. Paris: Seuil. 1984.

RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Tradução e apresentação de Maria Lúcia Bressan Pinheiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

SAINT, Andrew. Philosophical principles of modern conservation. In: ENGLISH HERITAGE. *Modern matters: principles & practice in conserving recent Architecture*. Shaftsbury: Donhead Publishing, 1996, p. 15-28.

SETTE, Mário. *Arruar: história pitoresca do Recife Antigo*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco; Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

SHEARER, Ronald A. Disponível em: <https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/75479/j.1467-6435.1961.tb00368.x.pdf?sequence=1>.

STEIN, Carl. *Greening modernism: preservation, sustainability and the modern movement*. New York; London: Norton, 2010.

TEIXEIRA, Aloísio. Marx e a economia política: a crítica como conceito. *Econômica*, v. II, n. 4, p. 85-109, 2000.

ZANCHETI, Silvio Mendes. *A teoria contemporânea da conservação e a arquitetura moderna*. CECI Brasil, 2014.

Ana Elisabete de Almeida Medeiros é Professora do Departamento de Teoria e História em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB). Pós-Doutora pela University of Oxford, Inglaterra. Pós-Doutora pela Université Pierre Mendès-France, França. Doutora em Sociologia pela UnB. Mestra em Urbanisme Villes et Societes pelo Institut D'Urbanisme de Grenoble da Université Pierre Mendès-France –, França. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Como citar:

MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. Por uma prática preservacionista verde da arquitetura moderna. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 1, p. 463-477, jan./jun. 2020. Disponível em: pem.assis.unesp.br.